

# POR UMA CIÊNCIA E EPISTEMOLOGIA(S) FEMINISTA: AVANÇOS, DILEMAS E DESAFIOS

## For a feminist science and epistemology: Advances, dilemmas and challenges

Antonio Carlos Lima da Conceição<sup>1</sup>

Lina M.Brandão de Aras<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo discute alguns desafios que se colocam ao processo de construção de teorias, em particular, à elaboração de teorias feministas. Pretende identificar e analisar, os avanços e desencontros do campo das mulheres nas ciências, discutindo os principais posicionamentos para a construção de uma epistemologia feminista e a sua importância para os estudos feministas nas ciências sociais e humanas.

**Palavras chave:** Ciência, feminismo e epistemologia feminista.

### Abstract

This article discusses some challenges in the process of building theories, in particular, the development of feminist theories. Aims to identify and analyze the progress and failures of the field of women in science, discussing the arguments for building a feminist epistemology and its importance to feminist scholarship in the social sciences and humanities.

**Keywords:** Science, feminism and feminist epistemology.

1 Bacharel em Direito - UFBA, Licenciado em História – UCSAL, Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG/NEIM-UFBA e Doutorando PPG/NEIM – UFBA. curalima@gmail.com

2 Doutora em História pela USP e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/UFBA. laras@ufba.br

Nos últimos anos a situação das mulheres na ciência se constituiu, uma temática de certa autonomia no debate geral acerca do estado da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo. Podem ser estabelecidos antecedentes significativos entre esse novo status político da questão da mulher na ciência, os estudos acadêmicos sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, e os movimentos feministas.

Desde a “segunda onda do feminismo”, ocorrida entre as décadas de 60 e 70 - que coincide, por sua vez, com um momento chave na história da luta das mulheres por acesso ao conhecimento (KELLER, 1996), multiplicaram-se os estudos que vinculam as mulheres aos processos da ciência e da tecnologia na sociedade, que em grande medida tem incorporado um enfoque de “gênero”, conceito que planeja uma redefinição teórica e política com respeito ao conceito de sexo. Desde então, podem ser reconhecidos eixos problemáticos marcantes que orientam a reflexão sobre a mulher nesse campo.

Segundo (SARDENBERG, 2007 p.3), as feministas da Segunda Onda se depararam com o viés androcêntrico que tem permeado as teorias tradicionais, manifesto tanto na total exclusão ou invisibilidade do “feminino”, quanto na forma (distorcida) em que as mulheres e seu universo são representados. Mas, as tentativas de incluir as mulheres e os temas relativos ao cotidiano feminino como objetos legítimos de investigação se forjavam, ainda, nos anos 70, com base nos mesmos conceitos, esquemas e métodos das teorias tradicionais, isto é, dentro dos próprios esquemas das problemáticas patriarcais de legitimar as mulheres como objeto de investigação científica, a sua legitimidade enquanto sujeitos do conhecimento, a autoridade epistêmica - se batia com a questão da objetividade e “neutralidade” científicas.

As pensadoras feministas vêm de há muito colocando em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido. Um deles situa-se no segmento que tem sido chamado de “a questão da mulher na ciência”, e que refere à sua participação, nas atividades científicas e tecnológicas, em particular na pesquisa, e aos problemas do acesso à carreira profissional respectiva. Desse ponto de vista, problematiza-se a questão da “igualdade”, aparentada claramente com o processo mais amplo de reivindicação dos direitos à igualdade das mulheres em todas as ordens da vida social. O caso do direito à igualdade

na ciência e na tecnologia se traduz como igualdade no acesso à educação e em particular à educação superior; no ingresso à carreira científica e seu desempenho posterior; no acesso a instâncias de decisão no desenvolvimento da ciência e da tecnologia na sociedade.

Outro eixo central tem-se constituído em torno de uma problematização de natureza epistemológica que, baseando-se na ideia da constituição social do conhecimento científico, concentra-se na análise da natureza revolucionária do olhar feminino sobre o mundo e, portanto, no potencial inovador da pesquisa científica gerada por mulheres. Dessa perspectiva, o problema não consiste tanto no melhoramento da participação das mulheres no sistema da ciência, senão nos esquemas interpretativos que dominam a construção simbólica da natureza e da sociedade.

O conhecimento produzido sobre e pelas mulheres sempre foi visto como de menor valor, por versar sobre assuntos tidos como não afeitos ao rigor científico, nem dignos de serem contemplados pela ciência, como o cotidiano, as histórias de família, os gestos e os sonhos, enfim, temas considerados como “coisas de mulher. Acrescem a essas críticas, voltadas para o tipo de objeto, outras que dizem respeito às atitudes das pesquisadoras, acusadas de não conseguirem agir com neutralidade, articulando teoria e prática de forma tão visceral, a ponto de não separar a construção do conhecimento, da militância. Isto faz com que, ainda hoje, quando é inegável a importância da pesquisa feminista no processo de reflexão sobre a sociedade, autores afirmem que “a contribuição feminista ainda não foi devidamente reconhecida no meio acadêmico, em particular por aqueles que insistem em manter uma postura formal em relação à ciência.

Esses, entre outros, são argumentos utilizados para dificultar a legitimidade do conhecimento feminista, deixando-o fora de muitas áreas do saber acadêmico, onde é visto com desprezo e desqualificação. Essas atitudes refletem os preconceitos que a sociedade tem com as atividades femininas e a falta de valor com que vê a mulher. Assim, mesmo sabendo-se que os estudos feministas são significativos em quantidade e qualidade, reiteradas afirmações indicam que “o conhecimento, seja sobre mulher seja sobre gênero, vem enfrentando dificuldades para obter reconhecimento como tema relevante para as ciências sociais.

As próprias pesquisadoras feministas concordam com algumas das críticas tecidas, em especial aquelas que as acusam de não separar teoria da prática, afirmando que isto faz parte do compromisso que têm com as

mudanças sociais. Assim, a cada dia, conseguem abrir novos espaços na estrutura racionalista da academia, introduzindo novos temas de reflexão, assim como novas perspectivas teóricas e metodológicas. É indiscutível que essa flexibilização é uma forma de avanço para os estudos feministas, entretanto, os currículos acadêmicos continuam tratando a temática como marginal ou de menor importância.

As teóricas feministas têm a clara compreensão de que o conhecimento do mundo é socialmente construído e, dentro do mundo em que vivemos, determinado pelo gênero; pois, se este molda quem somos, também molda como pensamos e nossas concepções da ciência não podem se furtrar a isso.

Jaggar e Bordo critica a ciência e questiona a concepção tradicional de que existe algo chamado natureza *objetiva* correspondendo a alguma *realidade* claramente discernível, que a mente humana pode compreender através do processo bastante simples e direto conhecido como *razão*. O método científico chegou a ser considerado como o veículo através do qual a mente, livre de fatores de classe ou *status* (religião, raça, nacionalidade, gênero) pode conhecer ou compreender essa realidade objetiva (Jaggar e Bordo In FARGANIS, 1997 p.24).

Os autores citados ainda argumentam que se deve questionar o ideal cartesiano no qual se baseia a noção contemporânea da ciência, porque não leva em consideração o papel que a política e a história desempenham nessa busca etérea da verdade; além disso, não leva em conta as formas através das quais a razão, a emoção e a paixão significam coisas diversas e são avaliadas diferentemente por pessoas diferentes.

A epistemologia feminista contemporânea faz parte da crítica corrente ao modelo cartesiano de ciência, distinguindo-se de outros desafios, por atribuir preconceitos ligados ao gênero tanto ao método científico como à tradição epistemológica ocidental da qual ele faz parte. A contestação feminista não é a de afirmar que as mulheres podem, tão bem quanto os homens, raciocinar ou “fazer” ciência tal como é praticada agora. Em vez disso, sua posição é de que as mulheres que reconhecem e aceitam os pressupostos feministas sobre o mundo praticarão ciência de modo diverso num mundo que legitime esses pressupostos: usarão uma metodologia diferente ou se basearão num conjunto diferente de práticas para observar e compreender o mundo à sua volta; serão conscientes da intencionalidade de seus estudos e dos usos que deles se farão.

No tocante a investigação do lugar das mulheres na ciência, esfera legitimada da produção do conhecimento, revelou tanto a ampla extensão dos fundamentos binários dessa ciência quanto a invisibilidade das mulheres como sujeitos dela. Como objetos da ciência, as mulheres definidas não somente como diferentes dos homens, mas também como biologicamente inferiores e, entre outras coisas, inadequadas ao exercício do papel de cientista.

A crítica do pensamento tem frequentemente feito avançar o conhecimento com mais eficácia do que o seu estabelecimento. A crítica feminista à ciência aponta para uma área particularmente fértil em que as categorias do pensamento ocidental necessitam de revisão. Embora tais críticas tenham começado por indagações politicamente controvertidas, mas teoricamente inócuas, acerca da discriminação contra as mulheres na estrutura social da ciência, dos usos indevidos da tecnologia e do preconceito androcêntrico nas ciências sociais e na biologia, elas logo se avolumaram em interpelações das premissas mais fundamentais do pensamento ocidental moderno. E, com isso, as críticas implicitamente desafiam as construções teóricas em que as questões iniciais foram formuladas, e segundo as quais poderiam ser respondidas.

Ao fazermos o exame da crítica feminista à ciência, devemos, portanto, refletir sobre tudo o que a ciência não faz, as razões das exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não. Não há dúvida de que a crítica feminista das ciências naturais e *sociais* identificou e descreveu uma ciência mal conduzida, isto é, uma ciência distorcida pela *visão* masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados.

A concepção de ciência iluminista explicitamente negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapassionada e objetiva exigidas pelo pensamento científico. As mulheres podiam ser objeto da razão e da observação masculinas, mas nunca seus sujeitos, jamais poderiam ser mentes humanas reflexivas e universalizantes. Somente os homens eram vistos como formuladores ideais de conhecimento; e entre eles, apenas os que pertenciam à classe, raça e cultura corretas eram vistos como detentores de capacidade inata para o raciocínio e a observação socialmente transcendentais. As finalidades e propósitos de tal ciência se revelaram tudo menos libertadoras.

## Por uma epistemologia feminista da ciência

A crítica feminista à ciência e os estudos feministas da ciência, desenvolvem a partir dos anos 70 um espírito crítico reflexivo voltado para todos os campos do conhecimento científico. Nesse período, a partir dos anos 70, a evidência de que a maioria dos cientistas são homens, faz com que a crítica feminista a ciência hegemônica preocupe-se em construir modelos de ciência implicados.

A primeira tipologia dos modelos de crítica feminista à ciência, foi efetuado por Harding, através do empirismo feminista, cujo ponto nodal de preocupação seria a discriminação e sub-representação das mulheres na ciência (HARDING, 1996). A solução seria atrair mulheres para a investigação, em uma tentativa de aumentar a representação das mulheres na ciência. Essa linha de orientação tem sofrido questionamentos, uma vez que a sua operacionalização e o seu caráter político, continua a funcionar dentro do paradigma da ciência tradicional, sem analisar a divisão teórico-metodológica do androcentrismo.

Na perspectiva teórica do *stand point*, as mulheres cientistas são consideradas oprimidas pela comunidade científica. Na produção do conhecimento as mulheres cientistas, antes de serem cientistas, partiu de um determinado posicionamento na hierarquia social (classe, etnicidade, sexo, orientação sexual) (NEVES E NOGUEIRA, 2005). Essa posicionalidade é lida de forma a ser integrada na investigação propriamente dita. Nessa perspectiva as mulheres evidenciam um privilégio epistêmico que adviria da sua própria condição feminina o que as torna ideais para estudar as mulheres. Para as teóricas do *stand point* o conhecimento é parcial, contextualizado e experiencial (HARAWAY, 1991).

Para as perspectivistas uma das formas de combater a opressão patriarcal instalada na ciência, seria valorizar a experiência feminina e a necessidade de dar voz as mulheres. De acordo com Nogueira, as críticas a essas epistemologias, dizem respeito ao essencialismo e o diferencialismo que defendem, por basearem-se num privilégio epistemológico da condição feminina (NOGUEIRA, 2001).

A corrente de pensamento feminista pós-moderna vai buscar no movimento feminista pós-moderno e pós-estruturalista as suas principais refe-

rências. Essa linha crítica centra-se na construção genderizada do projeto de ciência moderna. Rejeita as propostas a-política do empiricismo feminista e o essencialismo e diferencialismo do stand point.

O projeto teórico-político ideológico pós-moderno feminista problematiza a própria ideia das mulheres enquanto categoria ontológica. Para as teóricas pós-modernas a categoria mulheres ilude as divisões intracategorias.

Segundo Haraway,

Com o reconhecimento arduamente conquistado, da sua constituição histórica social, o gênero, a raça e a classe não podem constituir a base para a crença na unidade 'essencial'. Não existe nada no fato de ser 'fêmea' que vincule naturalmente as mulheres. Não existe sequer o estado de ser 'fêmea', uma categoria em si mesma altamente complexa, construída em conturbados discursos científicos e outras práticas sociais.

A teorização feminista desenvolveu-se a partir da necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. Existiria uma maneira feminina de fazer ciência radicalmente diferente da masculina? No campo teórico feminista há um entendimento de que as mulheres têm um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico ao abordar o objeto.

Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Talvez daí mesmo a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista.

Vejamos alguns aspectos desse aporte: o questionamento da produção do conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento. Aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. Ainda nessa linha de pensamento, *“em busca de parâmetros conceituais e filosóficos alternativos, muitos pensadores abraçaram modos de análise que rejeitam a dicotomização entre razão e paixão, entre saber e sentimento.”* (LONGINO, 1995)

O pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento, o que se opõe radicalmente ao ideal de conhecimento objetivo

trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas. Entrando num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo.

## Considerações finais

O feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto.

Concordando com Sandra Harding: *“Uma forma de resolver o dilema seria dizer que a ciência e a epistemologia feministas terão um valor próprio ao lado, e fazendo parte integrante, de outras ciências e epistemologias - jamais como superiores às outras.”*

No caso dos estudos feministas, o sucesso da categoria do gênero se explica, em grande parte, por ter dado uma resposta interessante ao impasse teórico existente, quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o eclipse do sujeito. Categoria relacional, como observa Joan Scott, encontrou campo extremamente favorável num momento de grande mudança das referências teóricas vigentes nas Ciências Humanas, e em que a dimensão da Cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade.

Enfim, parece que já não há mais dúvidas de que as mulheres sabem inovar na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais e aqui, pode-se complementar, nos intelectuais e científicos. E o que me parece mais importante, sabem inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver.



## Referências

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

FARGANIS, Sandra. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alisson M. & BORDO, Susan R.(orgs.), **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos,1997, pp.224-240.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p.54

GROSZ, Elizabeth. **Bodies and Knowledges: Feminism and the Crisis of Reason**, in ALCOFF, L. e POTTER, E. , op. cit. p. 206.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. UNICAMP, Cadernos PAGU, nº 5,1995, p.14.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista”, in **Revista de Estudos Feministas**, vol.1, nº.1, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ. 1993, p.19.

HARDING, Sandra. **Ciência Y feminismos**. Tradução de Pablo Manzano, Madrid: Edições Morato, S.L.,1996.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader**. New York: Routledge, 2004.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and science. In: KELLER, Evelyn Fox, and LONGINO, Helen (eds.). **Feminism and Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. pp.28-90.

LONGINO, Helen E. To See Feelingly: Reason, Passion, and Dialogue in Feminist Philosophy. In Donna C. Stanton e A. Stewart (org.) **Feminisms in the academy**, Ann Arbor: The University of Michigan Press,1995, p.21.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social**. 1996. Tese (Doutoramento em Psicologia Social) – Universidade do Minho, Braga.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001.

RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e história. In: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Mirian P. (orgs), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1998, pp.24-42.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Labrys. Estudos Feministas**, v. 11, p. 45, 2007.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem, in HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Tendências e Impasses**. O Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.29